



V – POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

1. Política Externa

No curso de 2009, as ações de política externa buscaram afirmar a inserção soberana do País, mediante a permanente defesa dos interesses da Nação. Assim, além do trabalho qualificado nos mais representativos e importantes fóruns externos, a diplomacia brasileira atuou permanentemente para a construção de uma ordem internacional mais equânime.

Nesse sentido, o Brasil continuou a desenvolver iniciativas para o adensamento das relações bilaterais e a integração na América do Sul. Para o desenvolvimento e consolidação dessas ações, o Presidente da República visitou os seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela. Por seu lado, o País recebeu visita dos mandatários de Argentina, Chile, Colômbia, Guiana, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Ainda no plano bilateral, Brasil e Argentina decidiram promover encontros presidenciais a cada 90 dias e reuniões dos Ministros das Relações Exteriores, da Indústria e da Fazenda a cada 45 dias. A Declaração Presidencial Conjunta Brasil-Paraguai, de 25 de julho, marcou nova etapa na relação bilateral, com uma série de entendimentos entre os dois países, em especial sobre aspectos relacionados à gestão da usina hidrelétrica binacional de Itaipu e aos rendimentos auferidos pelo Paraguai com a venda de energia ao Brasil. Com relação ao Uruguai, além da abertura de escritórios do Banco do Brasil e do BNDES naquele país, avançou-se nas discussões sobre interconexão elétrica, reforma da Ponte Barão de Mauá e a construção da segunda ponte sobre o Rio Jaguarão. O fomento à infraestrutura viária continuou a ter importância prioritária na agenda com a Bolívia, de que são exemplos a inauguração de dois trechos do futuro Corredor Rodoviário Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile e a assinatura do Protocolo sobre Financiamento Brasileiro da Rodovia Villa Tunari-San Ignacio de Los Moxos, projeto prioritário para o desenvolvimento da região central daquele país. Com o Peru, avançou-se especialmente em assuntos de integração fronteiriça e energética. Ainda em 2009, inaugurou-se a Ponte sobre o Rio Tacutu, entre Brasil e Guiana.

A área de infraestrutura deverá consolidar-se como uma das prioridades do processo de integração regional em 2010. Espera-se avançar nas negociações para a implementação da Hidrovia da Lagoa Mirim e concretizar o projeto da linha de interconexão elétrica com o Uruguai; e, com o Paraguai, planeja-se executar os entendimentos relativos a Itaipu, constantes da Declaração de 25 de julho de 2009 e iniciar as obras para a segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná. Dever-se-á avançar na construção do Corredor Rodoviário Interoceânico que liga Brasil, Bolívia e Chile; lançar a pedra fundamental da Ponte Internacional sobre o Rio Mamoré, importante componente do Corredor Viário La Paz-Manaus-Caracas; buscar o desenvolvimento do eixo Manaus-Puerto Ordaz, na Venezuela; e evoluir nas discussões sobre a possibilidade de financiamento brasileiro para a pavimentação do trecho Lethen-Linden da estrada que liga Boa Vista a Georgetown.

Ocorreram avanços em temas da agenda do Mercosul, como a definição do critério de proporcionalidade para o Parlamento; a criação do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos; a criação da Reunião Especializada de Assistência Humanitária; a revisão do Regulamento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem); o aprofundamento do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML); e a apresentação, pelo Brasil, de projetos de integração produtiva em benefício dos sócios. A adesão da Venezuela ao Mercado Comum ratifica o compromisso de fortalecimento da integração na América do Sul. Com a adesão da terceira economia do subcontinente, esse Mercado passa a responder por 80% do PIB da América do Sul e, ao estender-se da Terra do Fogo ao Caribe, o bloco ganha dimensão continental.

Em 2010, ano em que assumirá, no segundo semestre, a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul, o Brasil terá como objetivos renovar os esforços de consolidação da união aduaneira, prosseguir com as iniciativas em prol da integração produtiva entre

as economias do bloco e trabalhar para o aperfeiçoamento institucional desse Mercado e de seu sistema de solução de controvérsias. Prosseguirá, também, com o apoio a medidas de atenuação das assimetrias existentes entre os países do Bloco. No que tange a ações específicas, espera-se, entre outras, a conclusão dos trabalhos de extensão do Sistema de Pagamentos em Moeda Local para as transações do Brasil com o Uruguai; a entrada em vigor, após aprovação legislativa, do Fundo Mercosul de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas e do Fundo de Agricultura Familiar; a aprovação e início de execução de projetos brasileiros no Focem, notadamente na área de integração produtiva e de saneamento básico; o aumento da representação brasileira no Parlamento do Mercosul para 37 representantes; e a instalação da Comissão de Coordenação de Ministros da Área Social do Mercosul, reforçando a retomada dos trabalhos para a conclusão do Plano Estratégico de Ação Social.

Em novembro de 2009, em Reunião Ministerial da Cúpula de Presidentes da América Latina e Caribe para a Integração e o Desenvolvimento (Calc), foi aprovado o “Plano de Ação de Montego Bay”, que traduz, em medidas concretas, o espírito de integração e diálogo entre os países da Região, enunciado na Cúpula de Salvador, em 2008.

Com a criação de quatro Conselhos em âmbito ministerial, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) ganhou maior institucionalidade e consolidou-se como espaço privilegiado de diálogo e concertação regional, ilustrado por duas reuniões de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa, convocadas para debater, entre outras questões, aspectos da segurança sul-americana. Junto com o Grupo do Rio, a Unasul adotou posição firme contra o golpe de Estado ocorrido em Honduras. Em 2010, deverão prosseguir na Unasul as discussões sobre a criação de mecanismo regional de medidas de confiança em matéria de defesa e segurança. Estão previstas reuniões ministeriais semestrais e uma Reunião de Chefes de Estado, ocasião em que a Presidência *Pro Tempore* deverá passar do Equador à Guiana. Deverá ocorrer a Cúpula do Grupo do Rio, em Cancún, em fevereiro de 2010.

O Convênio Constitutivo do Banco do Sul foi assinado por sete países, em setembro de 2009, na Venezuela, e o Brasil tornou-se membro pleno da Corporação Andina de Fomento (CAF), devendo elevar sua participação acionária de US\$ 185 milhões para US\$ 467 milhões em 2010.

A aproximação entre o Brasil e os países da América Central e do Caribe, intensificada em anos recentes, teve continuidade em 2009. Os principais eixos dessa aproximação foram a robusta cooperação técnica oferecida pelo Brasil, o aumento da presença de empresas brasileiras naquela região, sobretudo na área de infraestrutura, e o comércio bilateral, pouco afetado pela crise financeira internacional. Estiveram em visita oficial ao Brasil o Presidente eleito do Panamá e os Presidentes de El Salvador, México e Honduras. O Presidente da República visitou El Salvador, Guatemala e Costa Rica.

Merece destaque a firme atuação brasileira por ocasião do golpe de Estado em Honduras. O Brasil realizou intensos esforços diplomáticos em âmbito multilateral e bilateral para a condenação da destituição e o exílio forçado do Presidente Constitucional Manuel Zelaya e para sua recondução ao cargo. O Brasil não reconheceu o Governo “de facto” instalado em Tegucigalpa e adotou uma série de medidas de retaliação, como a retirada do Embaixador brasileiro, a suspensão dos acordos de isenção de vistos e a paralisação da análise de pedidos de financiamento para obras em Honduras. O Governo, também, abrigou o Presidente Zelaya na Embaixada em Tegucigalpa.

As relações com o México foram alçadas a patamar superior, em 2009, quando se decidiu aprofundar os vínculos comerciais entre ambos os países, o que pode incluir a negociação de acordo de livre comércio, em 2010.

Além da presença brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), em 2009, o Brasil deu seguimento a intenso programa de cooperação com aquele país, incluindo doações de alimentos à população haitiana.

No âmbito da Aladi, o Brasil deverá lançar negociações para o aprofundamento do acesso a mercados entre os países da região e buscará a ampliação temática de alguns Acordos de Complementação Econômica (ACEs), particularmente em matéria de comércio de serviços e investimentos. Deverá, igualmente, buscar o fortalecimento dos mecanismos de diálogo por meio da Cúpula de Presidentes da América Latina e Caribe para a Integração e o Desenvolvimento (CALC) e lograr medidas concretas que promovam e favoreçam iniciativas na região. Prevê-se também a realização da reunião Mercosul/Sica (Sistema de Integração Centro-Americano) para explorar a possibilidade de lançar negociações de um acordo comercial.

Deverá ocorrer, em março de 2010, em cidade brasileira a ser definida, a Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (Caricom), a fim de acordar instrumento entre o País e o Bloco. Ainda neste exercício, deve-se concretizar a instalação, no Panamá, do escritório regional da Embrapa para a América Central e Caribe. Também nos primeiros meses de 2010, o Brasil deverá dar continuidade aos esforços diplomáticos no sentido de contribuir para a normalização da vida institucional de Honduras. Deverão também ser abertas Embaixadas em São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis e Dominica.

Em relação aos Estados Unidos (EUA), houve prosseguimento das relações bilaterais com aquele país, agora sob a gestão de um novo Presidente. Nesse sentido, o Presidente da República encontrou-se com o Presidente Barack Obama, em Washington, em Port-of-Spain (Cúpula das Américas) e em L'Aquila (Cúpula do G-8+G-5). Visitaram o Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Lawrence Cannon; o Ministro das Finanças, James Flaherty; e missão composta por dez Vice-Ministros canadenses. Destaque, ainda, para a realização do Comitê Econômico Brasil/Canadá, em Brasília; e de Consultas Políticas, em Ottawa. Esperam-se, em 2010, visitas ao Brasil da Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton; e do Presidente Barack Obama. Deverão ser assinados com aquele país instrumentos bilaterais que preveem a criação de mecanismo abrangente de alto nível e memorandos de entendimento sobre mudança do clima, gênero e cooperação trilateral. Com o Canadá, existe a perspectiva de visita presidencial para a Cúpula do G-20, em junho.

No que se refere à Europa, visitaram o Brasil, em 2009, altos mandatários da França, Reino Unido, Países Baixos, República Tcheca e Espanha. O Presidente da República realizou visitas à França, Turquia, Bélgica, Suécia, Alemanha, Ucrânia e manteve encontros com o Primeiro-Ministro do Reino Unido e com a Rainha Elizabeth II, em visita a Londres, para receber o Prêmio “Estadista do Ano”; participou da III Cúpula Brasil-União Europeia e da XIX Cúpula Ibero-Americana. Realizaram-se Consultas Políticas com Itália, Finlândia, Reino Unido, República Tcheca; Reunião Bilateral de Alto Nível Brasil-Espanha; e a IV Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação. Visitou o Brasil o Secretário-Geral Ibero-Americano, Enrique Iglesias, para assinar Acordo para instalação de escritório em Brasília. Merece registro também o reforço da parceria estratégica com a França.

O Brasil deverá receber visitas, em 2010, de Chefes de Estado e Governo da Suécia, Turquia, Espanha, Itália, Dinamarca, Finlândia, Bélgica, Croácia. O País sediará a Reunião do Diálogo Político de Alto Nível Brasil-União Europeia; a XII Reunião da Comissão Mista Brasil-União Europeia; e a IV Cúpula da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia. O Presidente da República deverá visitar a Rússia, Hungria e Polônia e participar da VI Cúpula América Latina-Caribe-União Europeia e da XX Cúpula Ibero-Americana.

Intensificaram-se, no ano passado, as ações para fortalecer os laços que unem o Brasil à África, uma das prioridades do Governo. Foram de grande relevância as visitas de dignitários africanos ao Brasil e de autoridades brasileiras ao continente africano.

Ocorreram as seguintes visitas de Chefes de Estado ou Governo africanos ao Brasil: Presidentes de Namíbia, Senegal, Moçambique, Nigéria, Serra Leoa, Maláui, África do Sul e Guiné-Bissau; Primeiros-Ministros de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde; e Vice-Primeiro-Ministro da Líbia. Estiveram ainda no Brasil os Ministros de Assuntos Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Botsuana, Cabo Verde, Egito, Burundi, Mali, Nigéria, Burkina Fasso e Tunísia. Além disso, Ministros de diferentes pastas de vários países africanos mantiveram encontros de trabalho com seus homólogos brasileiros para tratar de temas como agricultura, energia, saúde, educação, etc.

O Presidente da República participou, na qualidade de convidado de honra, da Cúpula da União Africana, em Sirte, Líbia. O Ministro das Relações Exteriores visitou os seguintes países: Argélia, Tunísia, Marrocos, Cabo Verde, Mali, Togo, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau e Egito. Há de se registrar que titulares de outros ministérios também cumpriram extensa agenda de viagens e articulações junto ao continente africano.

Envidaram-se esforços para o aprofundamento das relações do Brasil com a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (Comesa). O Brasil fez-se representar na Mesa-Redonda de Praia sobre a situação da Guiné-Bissau e na Reunião de Ministros da Defesa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Luanda. Deu-se prosseguimento às ações da CPLP. O Ministro das Relações Exteriores participou da 14ª Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em Praia, Cabo Verde. Foram realizadas as primeiras edições das Comissões Mistas com o Benim e com o Togo, ambas em março; e com o Zimbábue, em novembro. Também nesse mês, efetuou-se a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Congo. Realizou-se, ainda em julho, a I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas com Cabo Verde.

Como resultado das visitas e dos encontros, foi possível avançar nos objetivos da política externa brasileira, tais como a promoção do comércio, turismo e investimento entre Brasil e África; a disseminação de informações sobre os biocombustíveis; a cooperação técnica, educacional, esportiva e em ciência e tecnologia; e os contatos na área de defesa e para a promoção dos direitos humanos. Em 2010 dar-se-á seguimento às ações que visam ao desenvolvimento das relações entre o Brasil e a África. Preveem-se visitas ao Brasil dos Presidentes de Libéria, Angola, Zâmbia, Quênia e Egito; do Líder da Revolução da Líbia; e do Primeiro-Ministro de Guiné-Bissau. O Presidente da República poderá participar da I Reunião de Cúpula Brasil-Comissão Econômica e de Desenvolvimento da África Ocidental (Cedeao), possivelmente em abril, em Cabo Verde. Está prevista a realização de reuniões de Comissões Mistas com Camarões, Senegal, África do Sul, Angola e Botsuana; e, possivelmente, com Guiné Equatorial, Mali, Burkina Fasso, Serra Leoa e Marrocos. Deverá ser realizada, no Brasil, a Reunião Brasil-África de Ministros da Agricultura. O Secretário-Executivo da SADC deverá visitar o Brasil. Para explorar perspectivas de financiamento para atividades de cooperação e investimentos brasileiros, buscar-se-á estreitar relações com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Deverá ter início a produção da fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique, doada pelo Brasil. Com vistas a fortalecer a presença brasileira na região dos Grandes Lagos, planeja-se abrir, no decorrer deste ano, a Embaixada do Brasil em Bujumbura, capital do Burundi. Nos primeiros meses do ano, deverá iniciar o funcionamento da Embaixada do Brasil em Nouakchot, Mauritânia. Prevê-se o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Centro-Africana.

Trabalhou-se, no último exercício, para fortalecer os laços entre o Brasil e o Oriente Médio, mediante a organização das visitas de dignitários da região ao Brasil e de altos representantes brasileiros aos países do Oriente Médio. Registrem-se as visitas do Ministro das Relações Exteriores a Israel, Territórios Palestinos Ocupados, Síria e Jordânia, em janeiro, durante o conflito na Faixa de Gaza; e do Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio a Israel, Palestina, Líbano e Egito (Liga Árabe), em julho. O Brasil recebeu as visitas do Presidente e do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel e do Presidente

da Autoridade Nacional Palestina, além do Presidente e do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã. Também estiveram no Brasil o Ministro do Planejamento do Iraque e o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes Unidos. O Presidente da República efetuou visita à Arábia Saudita. O Brasil também enviou delegação ao Catar, para participar dos preparativos da II Cúpula América do Sul-Países Árabes. Preveem-se para 2010 Reuniões de Consultas Políticas com Israel e com a Autoridade Palestina, bem como visitas ao Brasil do Presidente do Líbano, do Emir do Catar, do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Bareine. O Presidente da República deverá visitar Israel, os Territórios Palestinos Ocupados e a Jordânia.

O Brasil recebeu as visitas das seguintes altas autoridades: o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal; o Presidente do Uzbequistão; o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália; e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia. O Presidente da República realizou visita ao Cazaquistão, em junho. Foram examinadas medidas para expansão do comércio e dos investimentos bilaterais e propostas de cooperação em áreas como agricultura, mineração, aviação civil e transportes.

Foi particularmente expressiva a troca de visitas entre o Brasil e a China. Do lado brasileiro, visitaram a China o Presidente da República, em maio; e os Ministros da Saúde, Defesa e Comunicação Social, bem como o Presidente do BNDES. Da parte chinesa, vieram ao Brasil o Vice-Presidente da República, Xi Jinping; o Presidente da Conferência Político-Consultiva do Povo, Jia Qinglin; e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi. Dessa intensa troca de visitas de alto nível resultou a assinatura de importantes instrumentos bilaterais em áreas como energias renováveis; petróleo; ciência e tecnologia; e cooperação financeira. Em março, a China ultrapassou os EUA como primeiro destino das exportações brasileiras e, em junho, foi o principal parceiro comercial brasileiro no total acumulado de 2009. Na visita do Presidente da República da China, acordou-se aprovar o Plano de Ação Conjunta para os próximos cinco anos, que visa a orientar o relacionamento com a China em todas as suas dimensões. Em 2010, está prevista ainda a realização da II Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), quando se espera aprovar o Plano de Ação Conjunta 2010/2014. Registrem-se ainda as visitas ao Brasil da Presidente das Filipinas; dos Vice-Ministros dos Negócios Estrangeiros do Camboja e da Tailândia; do Ministro do Território, Transporte e Assuntos Marítimos da Coreia do Sul; e do Enviado Especial do Presidente daquele país, Lee Myung-bak. Houve também visitas de Delegações de Parlamentares da Indonésia, do Vietnã e de Timor Leste. Do lado brasileiro, ressaltou-se a visita a Tóquio do Ministro da Ciência e Tecnologia; a participação do Secretário Especial de Portos em seminários em Tóquio e Seul; e a missão a Tóquio do Ministro do Turismo.

Foi enviada missão de alto nível ao Japão, chefiada pelo Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do MRE, para tratar da situação dos brasileiros naquele país, afetados pela crise financeira internacional. Tiveram sequência as gestões em favor da instalação de fábrica de semicondutores no Brasil, como previsto no Memorando sobre TV Digital entre Brasil e Japão. Empresas japonesas manifestaram firme interesse em realizar investimentos em setores ligados à exploração do Pré-Sal; em projetos de infraestrutura do PAC; no setor automobilístico e no Trem de Alta Velocidade.

O Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Indonésia, adotado durante a I Comissão Mista, realizada em outubro de 2009, prevê iniciativas para o aprofundamento das relações bilaterais, em temas como fontes de energia renováveis; mineração; inclusão social; comércio e investimentos; e cooperação acadêmica, científica e tecnológica. A implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Indonésia prevê, em 2010, a realização da I Reunião do Fórum Acadêmico e do Grupo Bilateral de Temas Econômicos e Sociais, no Brasil, bem como a sessão de instalação do Grupo de Trabalho em Comércio e Investimentos. Prevê-se, ainda, a negociação e a possível assinatura de instrumentos nas áreas de pesquisa agropecuária, cultura, ciência e tecnologia, e cooperação técnica.

O Grupo Executivo de Cooperação, criado durante a visita do Presidente da República ao Timor Leste, em 2008, tem dado sequência aos trabalhos da cooperação bilateral, com projetos nas áreas de fortalecimento institucional (educação; treinamento de equipes de televisão e exibição de programas televisivos em português; justiça; defesa; e formação de mão de obra), segurança alimentar e estruturação do sistema de previdência social. O Brasil mantém importantes projetos de cooperação com aquele país, único da Ásia e Oceania a adotar o português como idioma oficial.

Estão previstas as visitas das seguintes autoridades ao Brasil, em 2010: Primeiro-Ministro da Índia, por ocasião da Cúpula do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul); Primeiro-Ministro da Austrália, ocasião em que se espera assinar o Plano de Ação Brasil-Austrália; e Chanceler da Nova Zelândia. O Presidente da República deverá efetuar visitas à Austrália e à Nova Zelândia, ao Irã e ao Uzbequistão.

1.1. Cooperação Técnica

No âmbito da cooperação técnica concedida, em 2009, o Governo acompanhou a execução de 107 projetos e de 109 atividades isoladas na América Latina e Caribe. As ações concentraram-se nas áreas de agricultura e saúde. Em relação à África, Ásia, Oceania e Leste Europeu, o Brasil acompanhou a execução de 56 projetos de cooperação técnica e de 138 atividades isoladas, além de coordenar cerca de uma centena de missões de prospecção, execução e avaliação de projetos entre o Brasil e países das citadas regiões. As ações ocorreram nas áreas de agricultura, formação profissional, educação, engenharia civil, direitos humanos, governança, negociação comercial, trabalho, gestão pública, eleitoral, estatística, social, censo demográfico, cultural, ciências florestais, metrologia, energia, aquicultura e pesca, previdência, justiça, esporte, governo eletrônico, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, tecnologia da informação e desenvolvimento urbano.

Quanto à cooperação técnica bilateral recebida, foram implementados projetos de capacitação de instituições nacionais apoiados pelo Japão, Alemanha, Canadá, Espanha, Itália, França e Estados Unidos, com prioridade para as seguintes áreas: meio ambiente, agricultura, saúde, administração pública, trabalho, indústria e desenvolvimento social. No momento, existem cerca de 120 projetos em execução, atendendo instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil. No âmbito da cooperação técnica multilateral recebida, foram implementados cerca de 375 projetos, com aproximadamente 20 organismos internacionais, atendendo a dezenas de instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil. Dentre os principais temas cobertos por essas parcerias, cabe ressaltar: geração de emprego e renda em áreas urbanas e rurais; meio ambiente, desenvolvimento social, educação, saúde, administração pública e empreendedorismo. Já no campo da cooperação triangular, têm-se implementado e/ou negociado iniciativas conjuntas, envolvendo a transferência de conhecimentos brasileiros via instituições nacionais para países em desenvolvimento, nas quais organismos internacionais prestam suporte operacional e técnico.

Para 2010, no âmbito da América Latina e Caribe, estima-se a execução de 168 projetos, 86 atividades isoladas e 362 missões de prospecção, execução e avaliação. Prevê-se ainda a expansão da cooperação técnica bilateral prestada a países da África, Ásia, Oceania e Leste Europeu, tendo em vista o número de acordos firmados em 2009, a crescente demanda de cooperação por parte dos países em desenvolvimento e o aumento do número de projetos (32) de acordos básicos em negociação. Para consolidar tal previsão, deverão ser elaborados cerca de 200 novos projetos de cooperação técnica, dos quais decorrerão atividades para 2010.

Foi intensificada a cooperação no desenvolvimento da TV Digital em âmbito regional, resultando na adoção do padrão nipo-brasileiro por Argentina, Chile, Peru e Venezuela. Foi também divulgado o padrão nipo-brasileiro junto a países africanos, como

Moçambique. Com a Bolívia foi assinado memorando de entendimento sobre estudos científicos para aproveitamento industrial do lítio e demais recursos minerais do Salar de Uyuni. Seguiram-se os trabalhos do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil e Argentina (Micba), envolvendo as áreas espacial, nuclear, nanotecnologia e energias renováveis, além da cessão gratuita de *software* e treinamento para gerenciamento de domínios nacionais (ccTLDs), desenvolvido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. Com a Venezuela, firmou-se memorando de entendimento nas áreas de biotecnologia e biodiversidade.

No que se refere à cooperação Sul-Sul em ciência e tecnologia e inovação, destacaram-se: realização da I Comissão de Cooperação em Ciência e Tecnologia Brasil-África do Sul; assinatura de Plano de Trabalho em Ciência e Tecnologia e Inovação com a China; criação dos Centros Binacionais de Biotecnologia e Nanotecnologia com o México; e realizações da I Reunião do Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia da Cúpula América do Sul-África e da VI Reunião do Grupo de Trabalho de Sociedade da Informação do Ibas.

Com parceiros tradicionais, destaca-se o lançamento das chamadas parcerias conjuntas Brasil-União Europeia para apoio a pesquisas de biocombustíveis de segunda geração, além de acordo na área de pesquisa em fusão nuclear. Foram retomados os trabalhos do Comitê Conjunto com o Japão e dada continuidade às Comissões Mistas com Estados Unidos e Itália. Foram assinados acordos com Suíça e Irã e realizada missão técnica ao Canadá.

No âmbito multilateral, assinala-se a participação do Brasil na Reunião de Alto Nível de Oficiais Superiores de Centros de Governo e nos Comitês e Grupos de Trabalho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); nas conferências afins da ONU e da Secretaria-Geral Ibero-Americana (Segib); no IV Fórum Mundial de Ciências; e, no campo da Sociedade da Informação, no IV Fórum de Governança da Internet e nas Reuniões do Grupo Assessor Governamental da Corporação para Designação de Nomes e Números na Internet (Icann).

Para 2010, o ponto central é a participação na IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a realizar-se em maio, a qual definirá as diretrizes do Plano de Ação 2011-2014. Outro desafio será a continuação da divulgação do padrão nipo-brasileiro de TV Digital junto aos demais países sul-americanos e aos da América Central, do Caribe e da África Austral. Realizar-se-á, ainda, a Reunião Ministerial do Plano de Ação para a Sociedade da Informação na América Latina e no Caribe (eLAC 2010). Além da inauguração de Comissões Conjuntas com Canadá e Colômbia, destacam-se também o Ano Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação 2010-2011; a negociação em curso entre o Sistema Nacional de Alto Desempenho (Sinapad) do Brasil e a empresa francesa Bull para instalação, no Brasil, de fábrica de computação de alto desempenho; e as possibilidades de cooperação com a Coreia do Sul na área de semicondutores.

Na Organização Mundial de Comércio (OMC), o Brasil i) acompanhou as negociações agrícolas e as relativas a Acesso a Mercados para Bens Não-Agrícolas; ii) atuou no Grupo Negociador de Regras (relativo a *antidumping*, subsídios horizontais e subsídios à pesca); iii) acompanhou a V Revisão da Política Comercial Brasileira pela OMC; iv) foi parte dos seguintes contenciosos no âmbito do Mecanismo de Solução de Controvérsias: subsídios ao algodão, movido contra os EUA; pneus reformados, movido pela União Europeia contra o Brasil; medida *antidumping* sobre suco de laranja, movido contra os EUA; e subsídios à exportação de açúcar, movido contra a União Europeia; v) participou dos trabalhos relativos à propriedade intelectual na Organização; e vi) manteve participação ativa no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

Deu-se continuidade à coordenação do relacionamento do Brasil com a OCDE. Aprovaram-se novas iniciativas nas áreas de gestão dos recursos humanos, políticas sociais e desenvolvimento territorial. Avançaram-se as tratativas no âmbito do Entendimento Setorial Aeronáutico (ASU) e das atividades relativas a Crédito à Exportação, Aço, Concorrência e Construção Naval. Logrou-se conferir impulso às negociações da Rodada São Paulo do Sistema Geral de Preferências Comerciais para Países em Desenvolvimento

(SGPC). Em dezembro de 2009, foi celebrado importante acordo entre 22 países, que define as modalidades básicas de acesso a mercados para produtos agrícolas e industriais. Os elementos básicos do acordo incluem o corte de pelo menos 20% nas tarifas aplicadas sobre, no mínimo, 70% dos produtos. As modalidades preveem ainda que, em 2010, os países participantes iniciarão negociações bilaterais e/ou plurilaterais com vistas a avançar ainda mais na liberalização do comércio entre si.

Em Organizações Internacionais de Produtos de Base, envidaram-se esforços para evitar a imposição de critérios de sustentabilidade social e ambiental que possam implicar restrições comerciais. Em 2010, no âmbito da OMC, o Brasil manterá os esforços para finalizar as negociações com vistas a concluir a Rodada Doha. Com a OCDE, buscará progredir com segurança em agenda de cooperação e engajamento seletivo. Nas organizações de produtos de base, demandará medidas econômicas que beneficiem os produtores e buscará a garantia da sustentabilidade financeira das organizações. O Brasil continuará a participar das discussões da UNCTAD sobre o tema dos investimentos e buscará promover novos avanços no âmbito das negociações relativas à Rodada São Paulo do Sistema Geral de Preferências Comerciais para Países em Desenvolvimento (SGPC).

O Brasil participou dos trabalhos da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e da Organização Mundial de Aduanas (OMA), em temas afetos a direitos de propriedade intelectual, com destaque para os debates relativos à implementação da Agenda do Desenvolvimento e à apreensão indevida de medicamentos genéricos em portos europeus. Organizou-se seminário internacional, em abril de 2009, para marcar os 200 anos da primeira lei de propriedade intelectual em território brasileiro.

1.2. Finanças Internacionais

O Brasil exerceu papel importante nas discussões sobre as causas e consequências da atual crise financeira internacional e também sobre os seus impactos nas definições da política e organização do FMI. Em 2009, o Brasil, dados os seus bons fundamentos macroeconômicos e a sólida situação de balanço de pagamentos e de reservas, também passou a contribuir com o esforço de financiamento do FMI. O País também passou a integrar o rol de países que disponibilizaram recursos de suas quotas para suprir o Plano de Transações Financeiras (FTP), mecanismo pelo qual o FMI efetua empréstimos e a dá liquidez às alocações de Diretos Especiais de Saques (DES).

Em 2009, o G-20, sob a coordenação da Troika (Reino Unido, Coreia do Sul e Brasil), cumpriu agenda extensa, em contexto de desafios econômicos e financeiros sem precedentes. As expectativas em torno de seus resultados foram ampliadas, razão da necessidade de se produzir respostas efetivas aos riscos impostos pela crise e de se definir diretrizes para o futuro. Ao longo do ano, realizaram-se duas Cúpulas de Chefes de Estado e três Reuniões de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, com o objetivo de elaborar, discutir e encaminhar aos Líderes propostas relacionadas à economia e estabilidade financeira globais. O Grupo concentrou-se na elaboração e implementação de medidas de combate à crise, inclusive no fortalecimento institucional e de recursos das instituições financeiras internacionais e no reforço da regulação financeira internacional.

Os principais resultados do G-20 em 2009 foram: i) a consolidação do Grupo como foro de Líderes; ii) o compromisso de transferência de, no mínimo, 5% das quotas de participação no FMI dos países avançados para mercados emergentes e países em desenvolvimento; iii) o compromisso de aumento de pelo menos 3% do poder de voto dos países em desenvolvimento e em transição do Banco Mundial; iv) o aumento dos recursos do FMI em até US\$ 850 bilhões, sendo que o Brasil se comprometeu a contribuir por meio da compra de títulos do FMI com até US\$ 14 bilhões, montante esse que será incorporado aos Novos Acordos de Empréstimo (NAB) da instituição; v) o aumento em US\$ 100 bilhões dos recursos para empréstimo dos bancos multilaterais de desenvolvimento; vi) a alocação de US\$ 250 bilhões para financiamento ao comércio internacional; vii) o estabelecimento do

Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), como sucessor do Fórum de Estabilidade Financeira (FSF), incluindo todos os países do G-20, os membros do FSF, a Espanha e a Comissão Europeia; e viii) a priorização da luta contra os paraísos fiscais, levando ao fortalecimento e ampliação do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias.

Em 2010, a Presidência do G-20 estará a cargo da Coreia do Sul e duas Cúpulas de Líderes estão programadas: em junho, no Canadá, e em novembro, na Coreia do Sul. Ao longo do ano, serão tratados os seguintes temas: Reforma das Instituições Financeiras Internacionais, Reforma Financeira Regulatória e Políticas Macroeconômicas, além de dar continuidade aos trabalhos relacionados ao processo de avaliação mútua de políticas macroeconômicas nacionais.

1.3. Cúpulas Internacionais

O Brasil teve papel ativo no exercício da função de Coordenador Regional para a América do Sul na II Cúpula América do Sul-África (ASA), realizada em Isla Margarita, Venezuela, em setembro de 2009. Terá continuidade a preparação da ASA, que será realizada em 2011, na Líbia. Antecedendo o encontro, haverá reuniões de Ministros das Relações Exteriores e de Altos Funcionários.

O Brasil teve papel igualmente protagonista na Coordenação Regional, tendo acolhido encontros preparatórios para a II Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), Doha, março. Em maio foi realizada, no Rio de Janeiro, a II Reunião de Ministros da Cultura da Aspa. Organizou, ademais, a Reunião Inaugural do Conselho de Chanceleres do mecanismo, à margem da 64ª Assembleia Geral da ONU (AGNU), realizada em Nova Iorque, no mês de setembro de 2009, e a Reunião do Comitê de Cooperação Cultural, à margem da 35ª Conferência Geral da Unesco (Paris, outubro). Está prevista, em 2010, a realização da VI Reunião de Altos Funcionários da Cúpula Aspa (Quito, Equador).

Foi realizada, em abril de 2009, a Reunião de Altos Funcionários do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focal), preparatória para a Reunião de Chanceleres, que será realizada neste ano, em Tóquio. Realizaram-se, também, cerca de trinta eventos do Foro de Diálogo IBAS, entre reuniões políticas, aquelas relacionadas à cooperação trilateral e as referentes ao Fundo IBAS – os três vetores de ação do mecanismo. No segmento político do IBAS, foram realizadas duas reuniões de Ministros das Relações Exteriores (em Brasília, na VI Comissão Ministerial Trilateral, e em paralelo à 64ª AGNU). Encontraram-se, igualmente, os Ministros de Ciência e Tecnologia dos três países. No âmbito da cooperação trilateral, treze dos dezesseis Grupos de Trabalho reuniram-se. No tocante ao Fundo IBAS, 2009 marcou o início da execução de quatro iniciativas, Palestina, Burundi, Camboja e Cabo Verde, que, além dos já iniciados projetos no Haiti e na Guiné-Bissau, agora começam a fazer parte do mapa de beneficiários. Estão projetados, além da IV Cúpula, no Brasil, diversos eventos paralelos.

A I Cúpula de Chefes de Estado/Governo do Grupo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) ocorreu em maio, em Ecatimburgo, na Rússia. O foro foi convocado também em encontros de Chanceleres em paralelo à 64ª AGNU e de Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais, em paralelo à Cúpula do G-20, em setembro, em Pittsburgh. Está prevista, em 2010, a realização da II Cúpula de Chefes de Estado/Governo, no Brasil.

Realizou-se a Cúpula do G-8, em L'Aquila, Itália, em julho, precedida por Reunião dos Líderes do G-5. O Brasil participou de reuniões dos Grupos de Trabalho do Processo de Heiligendamm (diálogo G-8+G-5) sobre desenvolvimento, energia, investimentos e inovação; bem como de reuniões ministeriais nas áreas de trabalho, agricultura, meio ambiente, energia e desenvolvimento.

O Brasil foi eleito pela décima vez para assento em 2010-2011 como membro não-permanente do Conselho de Segurança (CSNU), feito só igualado pelo Japão. Aprovou-se na AGNU resolução que determina a continuação imediata das negociações sobre reforma do CSNU. A reforma desse Conselho é uma das prioridades do Governo. Renovou-se o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). O Brasil sediou o Seminário Internacional de Mídia sobre Paz no Oriente Médio e realizou exposição sobre o Kosovo na Corte Internacional de Justiça. Em 2010, o País organizará seminário sobre operações de manutenção da paz no contexto da iniciativa New Horizons; sediará o III Fórum da Aliança de Civilizações; participará do processo de revisão da Comissão de Construção da Paz; e da Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional.

1.4. Comunidades Brasileiras no Exterior

A fim de promover o diálogo com as comunidades brasileiras no exterior, foram implementadas as seguintes ações, em 2009:

i) realização da II Conferência Brasileiros no Mundo, voltada para a prestação de contas dos órgãos de Governo sobre suas políticas para as comunidades brasileiras no exterior e para a institucionalização do sistema de Conferências e do Conselho de Representantes das Comunidades Brasileiras no Exterior; ii) envio de missões para contatos com as comunidades brasileiras e autoridades locais dos seguintes países: Angola, Espanha, Estados Unidos, Japão e Suriname; iii) realização da I Reunião da Diáspora Jurídica, em parceria com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); iv) lançamento do Portal das Comunidades Brasileiras no Exterior; v) elaboração do “Diretório das Comunidades Brasileiras no Exterior”; e vi) lançamento do concurso de desenho infantil Brasileirinhos no Mundo.

Para incrementar os trabalhos de assistência consular, as seguintes ações foram desenvolvidas no último ano: i) criação da Ouvidoria Consular, para o processamento de comentários, sugestões, elogios e críticas referentes ao serviço consular; ii) lançamento da Carteira de Matrícula Consular Biométrica pelos Consulados-Gerais nos Estados Unidos; iii) realização da III Reunião de Coordenação Consular Brasil-Japão; iv) tratativas para a implantação da Casa do Trabalhador Brasileiro no Japão; v) lançamento da cooperação consular com o México; vi) criação e realização de duas reuniões do Grupo de Trabalho Interministerial sobre efeitos da crise econômica mundial sobre as comunidades brasileiras no exterior; vii) abertura dos Consulados Sazonais em Bariloche (Argentina) e Puerto Evo Morales (Bolívia); viii) participação no I Encontro Internacional Transfronteiriço (Brasil-Guiana Francesa); ix) estabelecimento de parcerias com os Estados do Amapá, Goiás e Paraná para o tratamento de questões de assistência a brasileiros no exterior; x) atendimento a cidadãos de países da CPLP, no marco do Acordo de Cooperação Consular; xi) preparação de folheto sobre requisitos de entrada na Europa; xii) reforço das missões consulares itinerantes; xiii) ampliação da assistência a detentos brasileiros no exterior; e xiv) início das providências para o reforço na assistência consular na África do Sul durante a Copa do Mundo de 2010. Foi, ainda, modernizado o sistema de emissão de passaportes, vistos e atos notariais, com a implantação do Sistema Consular Integrado em 51 postos da rede consular brasileira, incluindo os principais Consulados-Gerais da América do Norte, Europa e Ásia.

No que se refere a questões fundiárias e migratórias, promoveu-se em 2009: i) a implementação do acordo tripartite entre Brasil, Bolívia e Organização Internacional para as Migrações (OIM) para o reassentamento das famílias brasileiras que residem na faixa de fronteira boliviana com o Brasil; ii) a reunião dos Grupos de Trabalho Brasil/Bolívia sobre Temas Migratórios e Fundiários, com o estabelecimento de plano para a regularização migratória dos nacionais dos dois países; iii) a IV Reunião dos Grupos de Trabalho Brasil/Paraguai sobre Cooperação em Temas Migratórios e Fundiários; iv) o projeto-piloto, em parceria com a OIM e autoridades paraguaias, de regularização migratória de brasileiros residentes no Paraguai, no marco da entrada em vigor dos Acordos de Residência do Mercosul; v) missões consulares itinerantes para apoio à regularização migratória de brasileiros no Suriname e entendimentos para celebração de acordo por troca de notas sobre o assunto; vi) acordos com

países desenvolvidos sobre temas migratórios (França, Reino Unido e Portugal, e tratativas com a Itália); vii) a participação em reuniões multilaterais sobre o tema migratório (Foro Especializado Migratório do Mercosul e Conferência Sul-Americana sobre Migrações); viii) a participação em reuniões de foros internacionais sobre o tema migratório (Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia, OIM e Organização Internacional do Turismo); ix) a participação no Conselho Nacional de Imigração (CNIg); x) a participação na Reunião de Altos Funcionários de Brasil e Reino Unido na área de imigração; e xi) missão a Angola para diálogo com autoridades locais da área de imigração.

Em 2009, o Brasil abriu 9 novos postos no exterior, a saber: Embaixadas em Baku (Azerbaijão), Daca (Bangladesh), Mascate (Omã), Piongiangue (Coreia do Norte), Saint Georges (Granada) e Saint John (Antígua e Barbuda) e Consulados-Gerais em Hamamatsu (Japão), Hartford (EUA) e Istambul (Turquia). O inventário das ações acima relacionadas reflete as prioridades da diplomacia brasileira. Uma diplomacia que, ao defender a democratização das relações internacionais, o faz tendo presente a construção de uma ordem internacional mais propícia à paz e ao desenvolvimento.

2. Soberania

No ano de 2009, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa (END), estabelecida pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, foram atualizados diversos documentos que orientam de forma sistemática o preparo e emprego das Forças Armadas. Em 2010, o Governo iniciará a efetiva implantação das ações decorrentes da END, por intermédio do Ministério da Defesa (MD), que busca modernizar a estrutura nacional de defesa e atua, para isso, em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Em função das mudanças ocorridas no cenário econômico mundial, nas quais a relevância do Brasil aumenta de maneira bastante significativa, é fundamental adequar o componente de defesa do País a essa inescapável realidade. Em 2010, o Governo encaminhará ao Congresso Nacional uma série de propostas de mudança de legislações que dizem respeito à Defesa Nacional. Dentre outras, destacam-se o Projeto de Lei que define a articulação e o equipamento das Forças, a atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa e da Política de Ciência e Tecnologia e Informação para a Defesa Nacional e o Projeto de Lei com a Nova Estrutura Militar de Defesa.

Assim como nos exercícios anteriores, em 2009, o Governo priorizou a sua atuação para as ações voltadas para a Amazônia, com destaque para a atuação do Programa Calha Norte (PCN). Somando-se às que ainda se encontram em execução, o PCN teve 929 obras e empreendimentos no decorrer do ano, na sua vertente civil. Para 2010, há previsão de outras 330 obras e empreendimentos, que possibilitarão o atendimento a demandas essenciais nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e infraestrutura para a população amazônica. Com relação à vertente militar, em 2010, haverá a continuidade do apoio às necessidades das Forças Armadas na Região Amazônica, sobretudo no que tange à implantação e manutenção de unidades militares e de equipamentos da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

No conjunto das ações do PCN planejadas, para este exercício, estão inseridas a continuidade da implantação de infraestrutura no Quartel e Vila Militar do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos/AM; a implantação dos Pelotões de Fronteira de Tunuí/AM, Marechal Thaumaturgo/AC, Vila Contão/RR e Vila Brasil/AP; as melhorias no Pelotão de Fronteira de Estirão do Equador, incluindo sua pista de pouso; e a aquisição e manutenção de navios e embarcações dos Comandos dos 4º e 9º Distritos Navais, que realizam Ações Cívico-Sociais e patrulhas nos rios da Amazônia.

Em 2009, o Projeto Rondon realizou quatro operações. Em janeiro, a Operação Centro-Norte, nos Estados do Amazonas, Goiás, Pará e Roraima; e a Operação Verão 2009, nos Estados de Minas Gerais, Pará, Paraná e São Paulo. Em julho, foi a vez da Operação Nordeste-Sul, nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul; e da Operação Centro-Norte/Retorno, nos Estados do Amazonas, Goiás, Pará e Roraima. Ao todo, foram envolvidos 1.770 rondonistas, entre estudantes e professores universitários, oriundos de diversos Estados, que desenvolveram várias atividades em 112 Municípios carentes da região. Mantendo a tradição de relevantes serviços prestados à população, o Projeto manterá acelerado ritmo de atuação, com vistas à promoção e ao desenvolvimento sustentável local. Em 2010, será realizada a Operação Centro-Nordeste, nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás e Tocantins. Serão envolvidos 1.216 rondonistas, que atuarão em 76 Municípios das quatro regiões. Além disso, planeja-se atuar também nos Estados de Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo, a partir de julho de 2010.

No que concerne ao Serviço Militar Obrigatório, apresentaram-se 1.619.558 jovens em todo o País, dos quais 96.769 foram selecionados para receber formação militar inicial. Tal formação busca desenvolver nos recrutas valores cívicos e morais indispensáveis à formação do sentimento de cidadania, contribuindo, assim, para o fortalecimento da unidade nacional. Dos jovens escolhidos para prestar serviço à Pátria, 14.651 participaram do Projeto Soldado-Cidadão (PSC). Esse Programa tem contribuído para o desenvolvimento social do País e já beneficiou 133.803 mil jovens egressos do Serviço Militar, desde o seu lançamento como projeto-piloto em 2002, institucionalizado em 2004, até o final de 2009.

Com a participação de entidades parceiras, tais como as do Sistema “S”, os militares foram qualificados nas áreas de telecomunicações, informática, alimentos, construção civil, mecânica, comércio, transporte, artes gráficas, lazer, metrologia, administração e serviços. Pesquisas demonstram que a efetividade do PSC gira em torno dos 68%. Para 2010, estima-se a qualificação profissional de 25 mil jovens egressos do Serviço Militar, sempre com o objetivo de facilitar a inserção desses jovens no mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Para 2010, a incorporação prevista para a prestação do Serviço Militar Obrigatório inicial é de cerca de 70 mil jovens, apenas no Comando do Exército.

Integrando o esforço governamental no enfrentamento a uma pandemia de *influenza*, em 2009, o MD prosseguiu com as ações de preparação para eventual necessidade de atuação das Forças Armadas. No decorrer do ano, deu-se ênfase às ações de prevenção do vírus *Influenza A* (H1N1). Em 2010, o Governo continuará a implementar ações para enfrentar pandemias. Realizará o planejamento e coordenará estudos que viabilizem a construção do Laboratório Nacional de Nível Biológico 4 (NB4), em resposta às graves ameaças no campo da saúde pública, compondo o seletivo grupo de países desenvolvidos possuidores de tal instalação e capacitação tecnológica. Destaca-se, da mesma forma, o emprego dos Laboratórios Militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em parceria com a Fiocruz, para a produção brasileira do medicamento Oseltamivir, recomendado pela OMS para tratamento de pacientes infectados, com grande repercussão no ambiente de saúde pública nacional. Também neste exercício, o MD dará continuidade ao desenvolvimento do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2), que já vem operando com resultados muito positivos. Esse sistema também permitirá ao Governo uma atuação mais rápida e efetiva em situações de crise que afetem diretamente nossa população, tais como desastres naturais e pandemias, além do emprego propriamente militar. Há de se destacar, em 2009, as diversas operações de ajuda humanitária a países amigos, como Cuba, Haiti, República Dominicana, Bolívia e Equador, realizadas pelo MD, utilizando aeronaves da Força Aérea Brasileira e navios da Marinha do Brasil. Da mesma forma, foram realizadas diversas operações de transporte aéreo de alimentos e medicamentos para doação aos flagelados por desastres naturais em vários países, principalmente no continente latino-americano.

As ações de preparação para a realização dos 5º Jogos Mundiais Militares – Rio 2011, os “Jogos da Paz”, tiveram prosseguimento com as seguintes ações: implementação da estrutura organizacional; início da construção das Vilas de Atletas; desenvolvimento

do Sistema de Comando e Controle e dos Planos de Comunicação Social e de Captação de Recursos; início da construção de três novas instalações esportivas e adequação das instalações do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (Cefan), Universidade da Força Aérea (Unifa) e Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx); e preparação de 29 equipes e recrutamento de 209 atletas de alto rendimento para prestação de serviço militar voluntário às Forças Armadas. Além disso, em junho, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizado o XXX Campeonato Mundial Militar de Voleibol, como evento preparatório para os Jogos, tendo o Brasil conquistado o vice-campeonato.

Ainda relacionado ao tema Esporte Militar, o Programa Forças no Esporte atendeu 10 mil crianças e adolescentes, em 2009, proporcionando-lhes reforço escolar, cidadania e inserção social por meio da prática esportiva. O Programa, desenvolvido em 72 organizações militares, abrangendo Municípios de 24 Estados, também tem investido na descoberta de talentos esportivos que, certamente, comporão as equipes brasileiras dos V Jogos Mundiais Militares – Rio 2011 e das Olimpíadas de 2016.

Conforme mencionado na Seção anterior, o Brasil mantém, desde 2004, um contingente de 1.266 militares das Forças Armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). A tropa brasileira está constituída em duas organizações militares: um Batalhão de Infantaria de Força de Paz e uma Companhia de Engenharia. É o maior efetivo dentre os países contribuintes para a missão. A situação de estabilidade no Haiti atingiu níveis aceitáveis de segurança, que permitiram a realização de eleições nos vários níveis políticos, inclusive para Presidente da República. Sem dúvida, a eficiência da missão da ONU foi o fundamento para tanto. A Minustah permitiu essa estabilização político-institucional do Haiti e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico. Internacionalmente, é reconhecida como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso; e o Brasil, por meio da sua tropa, protagonista de grande importância nesse cenário. A atuação brasileira, nessa missão e em outras patrocinadas pela ONU, contribui substancialmente para dar peso ao País no trato de questões internacionais.

O contingente de engenheiros militares brasileiros no Haiti vem realizando trabalho extraordinário. Com baixo custo, tem contribuído decisivamente para a melhoria das condições de vida da população haitiana. Algumas das tarefas realizadas pela Companhia de Engenharia foram: asfaltamento de ruas e estradas, melhoramentos em vias urbanas e rurais, perfuração de poços artesianos, limpeza de canais e reformas de escolas, hospitais e prédios públicos. Para 2010, está prevista a continuidade da Minustah, contribuindo dessa forma para a inserção soberana do Brasil no cenário internacional.

As Forças Armadas do Brasil também contribuem com 73 militares em 11 diferentes missões de paz da ONU. Tais homens participam como observadores ou integrantes de Estados-Maiores e atuam na Guiné-Bissau, Sudão, Libéria, Costa do Marfim, Timor Leste, Nepal, Chipre, Saara Ocidental, Chade, República Centro-Africana e no próprio Haiti. Para isto, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica os preparam adequadamente por meio de cursos e da realização de exercícios práticos. Essas participações individuais também ajudam a dar visibilidade ao País no concerto das nações que se destacam na busca pela paz mundial.

O Brasil assumiu, em 2009, a Presidência do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis e sediou sua 24ª Plenária Anual. Nesse mesmo exercício, organizou curso regional de assistência e proteção para resposta a emergências químicas e curso regional para operadores do Sistema Internacional de Monitoramento do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares. Ainda nessa área, depositou o instrumento de ratificação da Convenção para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear. Em 2010, o Brasil participará da VIII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP); da II Reunião de Coordenação das Zonas Livres de Armas Nucleares; da IV Reunião sobre Programa de Ação da ONU para Prevenir, Combater e Eliminar o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve em Todos os Seus Aspectos. O País assumirá a Presidência da Conferência do Desarmamento, de maio a junho de 2009.

O Governo promoveu, em 2009, a realização de exercícios militares com o emprego conjunto das Forças Armadas, sob coordenação centralizada e comando único. Tais operações, realizadas pelo MD, por intermédio do Estado Maior da Defesa, são denominadas Operações Conjuntas e têm por objetivo estratégico reforçar o poder dissuasório do Estado brasileiro, além de aumentar a integração e a interoperabilidade entre as Forças, de modo a estarem aptas para responder a sua missão. Estão previstos para 2010 exercícios militares nas regiões de fronteira, voltados para o controle do tráfego aéreo, fluvial e terrestre, com a participação de órgãos federais, estaduais e municipais. Pretende-se, com isso, contribuir para a redução do fluxo ilegal de armas e drogas para os grandes centros urbanos, assim como minimizar o descaminho, a extração ilegal e a evasão de riquezas naturais brasileiras.

No ano passado, foram realizadas duas operações de grande porte, com deslocamento de grandes efetivos, sendo que a primeira ocorreu na Região Centro-Oeste (Operação Laguna) e a segunda na Região Sul (Operação Laçador), ambas simulando os múltiplos aspectos de uma situação real. De menor porte, a Operação Arco Verde, realizada em outubro de 2009, teve como propósito garantir a presença efetiva do Poder Público em regiões escolhidas, com políticas e ações que viabilizem a transição do atual modelo de produção predatória para modelo de produção sustentável nos Municípios próximos ao arco de fogo na Amazônia.

Buscando constante aproximação com os países da CPLP, o Governo, por intermédio do MD, participou do Exercício Combinado Felino, em Maputo (Moçambique), cujo objetivo foi adotar e treinar doutrina e procedimentos comuns a todas as Forças Armadas dos países da Comunidade, de modo a fazer parte de coalizão sob a égide de organismos supranacionais, com foco em operação de manutenção de paz. A expectativa para 2010 é o aprimoramento, especialmente no que se refere ao maior nível de integração das Forças Armadas e ao conhecimento dos distintos cenários operacionais do País. Também serão realizados dois planejamentos operacionais e duas novas operações conjuntas, desta vez na Região Norte e no Atlântico Sul. As Forças Armadas participarão novamente da Operação Felino, a ser realizada em conjunto com a CPLP.

No que se refere à Mobilização Nacional, prosseguirão, em 2010, os trabalhos de desenvolvimento do potencial dessa atividade, visando ao estabelecimento de estrutura à disposição do Estado para assegurar a capacidade dissuasória das Forças Armadas e capacitar o País para fazer face a uma agressão estrangeira.

No ano de 2009, a Marinha do Brasil (MB) modernizou submarinos da classe “Tupi” e iniciou o processo de modernização dos seguintes meios operativos: seis Aeronaves AH-11A “Super Lynx”; doze Aeronaves AF-1/1A; Corveta Júlio de Noronha; Fragata Rademaker e Navios-Balizadores Classe Comandante Varela. Ressaltam-se o desenvolvimento e o fornecimento do Sistema de Controle Tático e de Armas (Siconta) para o Navio-Aeródromo São Paulo, plenamente desenvolvido pela indústria nacional.

Estão em andamento as aquisições de Helicópteros Multiemprego S-70B, que terão papel fundamental na vigilância e defesa de nossa Amazônia Azul, com previsão de recebimento em 2011; de Navios-Patrolha (NPa), em que se destacam as incorporações do NPa Macaé, no dia 9 de dezembro de 2009; e do NPa Macau, prevista para junho de 2010, ambos construídos pelo Estaleiro Inace, em Fortaleza/CE. Ressaltam-se, ainda, as incorporações do Navio Polar Almirante Maximiano, do Navio de Desembarque de Carros de Combate Almirante Saboia e do Navio de Assistência Hospitalar Tenente Maximiano.

Em 2009, foram formalizados os contratos para a construção de estaleiro e base de submarinos em Itaguaí/RJ, um submarino com propulsão nuclear e quatro convencionais, bem como o fornecimento de torpedos pesados e contramedidas antitorpedos para submarinos, além do treinamento de pessoal com transferência de tecnologia para projeto e construção de submarinos. A missão principal desses meios será a proteção das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), incluindo plataformas marítimas

de prospecção de petróleo, dentre elas as localizadas na camada do Pré-Sal. O estaleiro e a base de submarinos terão suas obras iniciadas em 2010, com conclusão prevista para 2014, os quais, atuando de forma integrada, propiciarão grande eficiência na operação e manutenção dos submarinos. Deu-se continuidade às atividades para o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator para o submarino de propulsão nuclear, com previsão de conclusão de todo o Programa em 2014. Tais atividades possibilitaram a inserção do Brasil no seletivo grupo de detentores dessas tecnologias estratégicas, utilizadas em diversos segmentos, cujo conhecimento não é compartilhado.

O Programa Nuclear Brasileiro (PNB) vem aumentando a importância estratégica do Programa Nuclear da Marinha (PNM) para o Brasil, uma vez que apresenta inegáveis benefícios nas áreas tecnológica e social, com o desenvolvimento de novos sistemas e materiais, que contribuem para a diversificação da matriz energética brasileira e representam importante acréscimo de poder dissuasório à Defesa Naval do País. Em 2009, além de prosseguir com a implantação do Ciclo do Combustível Nuclear, a MB concluiu a fabricação dos Geradores de Vapor e do Gerador Elétrico Auxiliar do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (Labgene) e finalizou as obras civis dos prédios das turbinas e da Subestação 1.

Ainda com relação ao PNM, destaca-se, até então, o grande avanço na implantação da Unidade de Produção do Hexafluoreto de Urânio, por meio das aquisições de equipamentos, instrumentação, válvulas especiais e sistemas para armazenamento de ácido fluorídrico. Esperam-se, para 2010, sua conclusão, seu comissionamento e o início da produção de UF₆ (hexafluoreto de urânio), além da implantação das demais unidades componentes do Ciclo do Combustível Nuclear e das pesquisas e testes laboratoriais complementares para o desenvolvimento do projeto e construção de um protótipo de sistema de propulsão. Esse protótipo servirá de modelo para a posterior construção do sistema que dotará o submarino movido a energia nuclear. Cabe reiterar que o desenvolvimento tecnológico do PNM apresenta inegáveis benefícios, tais como a nacionalização de itens, que permitirá incremento nas demandas às indústrias brasileiras; a possibilidade de geração de energia elétrica, geração de empregos e desenvolvimento de equipamentos e processos para a produção de elementos radiofármacos aplicados à medicina nuclear.

No que diz respeito à presença brasileira na Antártica, a Estação Comandante Ferraz (EACF) encontra-se em pleno funcionamento operacional, tendo apoiado os projetos que foram conduzidos no âmbito da Operantar XXVII, encerrada em setembro de 2009. Em outubro do mesmo ano, no âmbito da Operantar XXVIII, o Governo, por intermédio da Marinha, apoiou as atividades em quatorze projetos, com 240 pesquisadores. Essa operação conta com a participação do Navio Polar Almirante Maximiano, em sua primeira expedição à região antártica, que se constitui em moderna plataforma de coleta de dados e apoio à pesquisa, capaz de atender à demanda da comunidade científica e aos desafios que o crescimento do Programa Antártico Brasileiro representa.

O Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac), continuado em 2009, contou com a participação de navios especializados para o serviço de aquisição de novos dados geofísicos, em complemento ao serviço executado pelos navios da MB. Posteriormente, esses dados serão processados, interpretados e consolidados em nova proposta de limite exterior da plataforma continental brasileira. Dos 963 mil km² correspondentes à área total reivindicada pelo País além das duzentas milhas náuticas – distribuídas ao longo da costa brasileira, nas Regiões Norte, Sudeste e Sul –, a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU não acolheu cerca de 190 mil km². Nesse sentido, estão sendo levantados novos dados em toda a margem continental brasileira, a fim de subsidiar e dar consistência a uma nova proposta, que será apresentada à mesma Comissão, em 2011. Para os próximos anos, será intensificada a presença do Estado brasileiro nas ilhas oceânicas de Trindade, Martin Vaz, Fernando de Noronha e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, como forma de reforçar o pleito brasileiro junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental. Um dos principais reflexos dessa ação está na garantia do direito de uso do mar da nossa Amazônia Azul, riquíssima em recursos vivos e minerais, em prol da sociedade brasileira.

No ano de 2009, com o propósito de contribuir para a Segurança da Navegação, para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar e nas Hidrovias Interiores e para a prevenção da Poluição Ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, a Marinha realizou cerca de 150 mil ações relacionadas à Inspeção Naval e Vistorias, sendo efetivadas 92.450 ações de fiscalização direta em embarcações nacionais e estrangeiras. O maior incremento em relação aos anos anteriores foi observado na Região Amazônica, fruto de esforço concentrado para aumentar o nível de confiabilidade das embarcações e a mentalidade de segurança dos utilizadores, além de prevenir a poluição ambiental. Ressaltam-se as ações executadas ao longo das fronteiras com os países vizinhos. Ainda no que tange à Segurança da Navegação, com reflexos diretos no custo dos seguros marítimos, a MB promoveu a manutenção de 1.106 sinais náuticos (são mais de 7 mil sob sua responsabilidade), utilizando também sistemas de sensoriamento remoto. Essas ações contribuem diretamente para a redução do Custo Brasil e para o fomento de nossas exportações, propiciando maior inserção da Nação brasileira no contexto internacional. Em 2010, está planejada a realização de atividades de inspeção naval, fiscalização e regularização de embarcações comerciais e amadoras. O trabalho será executado por equipes de pessoal militar e civil, com a utilização de meios terrestres (viaturas) e aquaviários (embarcações).

Em consonância com as normas estabelecidas pela Organização Hidrográfica Internacional (OHI), a MB produz Cartas Náuticas Eletrônicas, por meio do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), com previsão de obter, em 2010, todo o portfólio das águas jurisdicionais brasileiras. Atualmente, já se encontram disponíveis para distribuição no Centro Internacional de Cartas Náuticas Eletrônicas cerca de oitenta dessas cartas náuticas. Com a finalidade de manter o preparo das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como de suas tripulações, no adequado estado de prontidão operativa, foram realizadas, em 2009, diversas manobras militares pelas unidades da Esquadra, principal núcleo do Poder Naval brasileiro. Essas operações contaram com a participação de unidades de Marinhas amigas, como Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Holanda, Itália, Noruega, Peru, Portugal, Reino Unido, Turquia e Venezuela, dentre outras. Os navios da Esquadra também foram empregados em missões de fiscalização do tráfego aquaviário, inspeção e patrulha naval, em especial nas áreas das Bacias de Campos e Santos.

Dentre as 111 Operações de Socorro e Salvamento realizadas em 2009, cabe destacar a operação de busca por sobreviventes e destroços da aeronave da Air France, voo 447, acidentada em águas de responsabilidade do Brasil, distante das bases da MB, em que foram empregados 11 navios e 6 aeronaves embarcadas, envolvendo 1.350 militares. Merecem destaque também as 15 ações cívico-sociais e 21 assistências hospitalares realizadas em 453 localidades da Região Norte e 79 localidades da Região Centro-Oeste, oportunidades em que foram efetuados 57.402 atendimentos médicos e 68.851 atendimentos odontológicos, dentre outros procedimentos e exames; e a assistência a vítimas das enchentes nas Regiões Norte e Nordeste, em dezenove localidades, com 1.300 atendimentos médico-odontológicos, 10 mil procedimentos ambulatoriais, transporte de 35 toneladas de gêneros e medicamentos e resgate de duzentas pessoas. Por intermédio da Marinha do Brasil, garantiu-se a presença do Estado brasileiro em comunidades inacessíveis por outros meios.

Na busca por soluções para recuperar e modernizar a base material do Poder Naval estão programadas, para 2010, as seguintes atividades:

- a construção de Navios-Patrulha (NPa) de quinhentas toneladas, no Estaleiro Inace, no Ceará, com o pagamento da finalização da Construção do 1º Lote com dois NPa (500 t) e pagamento dos eventos referente à construção do 2º Lote com quatro NPa (500 t), bem assim o início dos procedimentos administrativos para a construção do 3º Lote com seis NPa (500 t);

- a construção de três embarcações de desembarque de carga geral (EDCG) e de cinco Embarcações de Desembarque de Viatura e Material (EDVM) no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), com conclusão da última embarcação prevista para outubro;

- a continuidade no processo de modernização do Navio-aeródromo São Paulo e Navio-desembarque Doca Ceará, além da modernização de Navios-patrolha, Navios-balizadores e Navios-faroleiros; e

- a modernização de aeronaves de asa rotativa e asa fixa, atualmente em estado de obsolescência, que permitirá o seu emprego em ações humanitárias de apoio às atividades de Defesa Civil, fiscalização e controle da poluição do mar, além de garantir o incremento da segurança de voo.

No ano de 2009, o Exército Brasileiro (EB) deu início ao planejamento das ações necessárias à implementação da END, constituídas em 129 ações estratégicas, a ser realizadas no espaço temporal de 2010 a 2030. As principais ações estratégicas em curso no ano de 2009 visaram à continuidade do reaparelhamento e da reestruturação da Força Terrestre, realizadas como consequência da END, de forma a permitir ao Exército uma gradual implantação das novas concepções.

No contexto do Programa de Reestruturação da Força Terrestre, o EB promoveu a adequação e instalação das organizações militares (OM), com vistas a aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre nas diversas áreas estratégicas. Cita-se como exemplo o início das obras dos novos aquartelamentos do Comando Militar do Planalto e da Secretaria de Economia e Finanças junto ao Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano, em Brasília/DF, as quais estimam-se ficar prontas em 2011, viabilizando, então, a gradual transferência das unidades sediadas na Esplanada dos Ministérios para suas novas instalações.

Na Área Estratégica da Amazônia/Guianense, o EB deu continuidade ao Projeto 2ª Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira/AM, com a conclusão prevista para o ano de 2012. No ano de 2009, foram mantidos os trabalhos de construção de infraestrutura do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos/AM, com recursos do Programa Calha Norte. Além disso, o Programa permitiu a mencionada continuidade das obras de construção nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) de Tiriós/PA e Tunuí/AM, além da manutenção dos demais pelotões.

Na Área Estratégica da Bacia do Prata, teve continuidade a adequação e instalação das organizações militares, com ênfase nos trabalhos de construção do 3º Regimento de Carros de Combate, sediado em Ponta Grossa/PR; e a chegada do primeiro lote das Viaturas Blindadas de Combate Leopard 1A5, o que aumentará o poder de choque e potência de fogo das forças blindadas, contribuindo para maior projeção de poder e dissuasão no contexto internacional.

Na Área Estratégica do Pantanal, em 2009, prosseguiram as ações para a transferência do 3º Batalhão de Aviação do Exército de Taubaté/SP para Campo Grande/MS, proporcionando o aumento da mobilidade das tropas do Comando Militar do Oeste. No mesmo ano, o EB prosseguiu com a renovação gradual do material de emprego militar, priorizando as estruturas blindadas, de infantaria leve, infantaria de selva, operações especiais e a estrutura de forças de paz. Assim, os recursos destinados ao reaparelhamento foram empregados, entre outras ações, no prosseguimento do processo de aquisições de Viaturas Blindadas de Combate (VBC) Leopard 1A5. No último exercício, foi entregue o primeiro lote de 34 Viaturas Blindadas revitalizadas. Para as ações de revitalização dos blindados Cascavel, foram adquiridos insumos para a aplicação em 32 viaturas, processo que terá continuidade em 2010. No tocante ao Sistema de Foguetes Astros II, foram executados os trabalhos de manutenção preventiva e corretiva.

Mereceram destaques, também, o desenvolvimento e produção de projetos de ciência e tecnologia. Nesse particular, o Radar de Vigilância Antiaérea Saber M60 passa por fase final de avaliação do protótipo e tem sua linha de produção em montagem no Arsenal de Guerra de São Paulo (AGSP), em parceria com a empresa Orbisat. No tocante ao míssil anticarro MSS 1.2, vem sendo ultimada a fabricação de seu lote-piloto para futura avaliação pelo Centro de Avaliações do Exército (CAEX). No Programa de Reparcelamento foi contemplada ainda a aquisição de materiais de emprego militar, como viaturas, equipamento de comunicações e de uso individual, material para manutenção de armamento, munições, material de engenharia, material de saúde para a Brigada de Operações Especiais, a 11ª Brigada de Infantaria Leve e a 2ª Brigada de Infantaria de Selva.

Quanto ao preparo da Força Terrestre, em 2009, o adestramento foi ajustado às demandas dos planos estratégicos do Governo, o que permitiu o emprego judicioso dos esforços logísticos e financeiros despendidos nas atividades correlatas, assegurou a efetividade na aplicação dos recursos destinados à capacitação operacional, alinhando a atividade-fim ao planejamento do emprego, além de ter gerado o desejado desempenho da interoperabilidade com as demais forças. Destacaram-se o aperfeiçoamento das atividades de ensino e pesquisa, o desenvolvimento da doutrina militar, o preparo contínuo dos quadros e do Núcleo-Base e a formação, capacitação e adestramento da reserva, visando à mobilização militar, bem como a busca pela reorganização do Sistema Operacional Logístico.

Em 2009, visando a aprimorar o preparo da Força Terrestre em operações especiais, o EB realizou a 6ª edição do exercício “Força Comandos”, no período de 17 a 25 de junho, na Brigada de Operações Especiais, em Goiânia/GO, do qual participaram dezenove países do continente americano. O exercício compreendeu seminário estratégico e competição entre as equipes dos diversos países, na qual o Brasil sagrou-se campeão.

O Exército realizou, até outubro de 2009, 58 operações na faixa de fronteira, dentre elas 48 patrulhas de reconhecimento e sete operações de grande vulto, dentre as quais as operações Fronteira Sul e Curare, sendo esta na área amazônica. No dia 10 de fevereiro de 2009, na Operação Liberdade, o EB prestou o apoio em transporte aéreo ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha para resgatar seis pessoas que estavam em poder das Farc, em território colombiano, com a permissão daquele Governo. Nessa tarefa, militares do 4º Batalhão de Aviação (Manaus) empregaram duas Aeronaves HM-3 (Cougar) e uma Aeronave HM-2 (Black Hawk).

O Exército proporcionou, no último ano, os mais diversos apoios (logístico, de instalações, transporte e alojamento de pessoas e materiais, combate a incêndios, operações de busca e salvamento de pessoas) a variados órgãos e empresas, como Ibama, Ministério Público Federal, Primeira Comissão Demarcadora de Limites (PCDL), Petrobras, Grupo de Trabalho responsável por identificar os corpos dos guerrilheiros e militares mortos no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros do Estado do Acre, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O EB continuou desenvolvendo a Operação PIPA, cujo propósito é a distribuição da água potável nas microrregiões do Sertão nordestino em situação de emergência. Ainda em 2009, o EB desencadeou operações em apoio às Secretarias de Saúde de Municípios dos Estados do Pará, Acre e Goiás nas ações de combate ao mosquito transmissor da dengue.

Dentro do processo evolutivo de uma Missão de Paz, e prevendo a assunção plena de suas missões, o aparato local de segurança pública vem sendo cada vez mais empregado em operações anteriormente executadas com preponderância pela Força de Paz. Nesse sentido, em 2009 a Engenharia do Exército teve destacada participação em importantes obras do PAC. Dentre outros trabalhos, prosseguiu a construção do Complexo Aeroportuário de São Gonçalo do Amarante/RN e a restauração de três trechos estratégicos da BR-101/Nordeste. Foram liberados para o tráfego 15 km da nova rodovia duplicada no Estado do Rio Grande do

Norte, 24 km no Estado da Paraíba e 14 km no Estado de Pernambuco. No Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, seguem em execução as construções dos canais de aproximação dos Eixos Leste e Norte e das Barragens de Areias e Tucutu. As Unidades Militares mantêm nos canteiros de trabalho cerca de 460 homens, 140 equipamentos de engenharia e 138 viaturas, com previsão de conclusão para 2010. Cabe ressaltar que será mantida, neste ano, a participação da Força Terrestre nos empreendimentos do PAC em São Gonçalo do Amarante, na BR-101/RN e no Projeto e Integração do São Francisco.

Na Amazônia, houve a continuidade das obras de construção e pavimentação da BR-163 Cuiabá/MT-Santarém/PA. No trecho do Estado do Pará, finalizou-se o asfaltamento de 30 km entre as cidades de Santarém e Rurópolis. No norte do Estado do Mato Grosso, entre a cidade de Guarantã do Norte e a divisa com o Estado do Pará, o Exército concluiu a pavimentação de 25 km da rodovia. No trabalho de reconstrução da BR-319 (Manaus-Porto Velho), foram pavimentados dois lotes (90 km) entre Porto Velho e Humaitá. Essa parte, concluída em 2009, permitiu a redução em cerca de 50% do tempo de viagem entre as duas cidades. Ao sul da cidade de Manaus estão sendo construídas duas pontes sobre os rios Castanho (315 m) e Tupana (350 m), que devem estar concluídas até meados de 2010.

A Engenharia do Exército concluiu, em 2009, a construção da Ponte Binacional Brasil-Guiana, com 230 metros de extensão, sobre o Rio Itacutu. Além disso, participa das obras de recuperação da BR-307 (São Gabriel da Cachoeira/AM-Cucuí/AM). Construiu e entregou à população a Ponte Sargento Laércio, que possibilita o acesso à cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM. As obras nas três BRs (163, 319 e 307) continuarão ao longo de 2010.

Como uma de suas mais relevantes missões do final de 2009, o EB apoiou o Ministério da Educação na segurança da distribuição das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), aplicado nos dias 5 e 6 de dezembro de 2009. Nessa tarefa, o EB foi incumbido da guarda e escolta dos cadernos de questões, no deslocamento da gráfica em São Paulo até os 64 postos de distribuição dos Correios nos Estados.

As principais iniciativas do EB, planejadas para implementação e consecução no exercício 2010, decorrem da END, cujo maior objetivo é modernizar a estrutura nacional de defesa. Dela decorreu a Estratégia Braço Forte, planejamento correspondente à Força Terrestre. Essa Estratégia é composta pelos Planos de Articulação e de Equipamento. O primeiro refere-se à otimização da distribuição espacial das organizações militares do EB por todo o território nacional, com prioridade para a Região Amazônica. O segundo trata da adequação, aparelhamento e modernização das unidades militares, conferindo-lhes flexibilidade e elasticidade, aperfeiçoando a sua capacitação para o cumprimento de suas missões constitucionais.

O Plano de Articulação divide-se em dois programas: Amazônia Protegida e Sentinela da Pátria. O Programa Amazônia Protegida tem como objetivo fortalecer a presença militar na Amazônia. Suas principais ações são a implantação de novos Pelotões Especiais de Fronteira e a complementação da estrutura operacional e logística da região. O produto dessas ações será o aumento da capacidade de monitoramento da fronteira, a condução de projetos de ciência e tecnologia, de mobilidade, de bem-estar da família militar e de comunicação social. Este último objetiva a divulgação do programa para a sociedade brasileira, devido a sua relevância para a consolidação da soberania nacional naquela importante área estratégica.

O Programa Sentinela da Pátria tem como escopo a reorganização e modernização das brigadas, unidades básicas de emprego da Força Terrestre. É constituído por ações de instalação, transformação e implantação de organizações militares em áreas estratégicas do Brasil, exceto a Região Amazônica, já priorizada pelo programa mencionado anteriormente.

Dentro desse objetivo, na área estratégica do Planalto Central, a Brigada de Operações Especiais, peça fundamental da Força de Ação Rápida Estratégica do Exército Brasileiro, terá sua implantação continuada, em 2010, com a construção e a adequação de instalações, bem como a obtenção de Próprios Nacionais Residenciais destinados aos militares e suas famílias. Complementarmente, serão empreendidas as obras necessárias à transferência do Centro de Instrução de Operações Especiais de sua sede atual no Rio de Janeiro para Goiânia/GO, onde se integrará ao complexo da Brigada de Operações Especiais, a partir de 2011.

Permeando os Programas Amazônia Protegida e Sentinela da Pátria, o Plano de Articulação pretende desenvolver projetos que contemplem ações de apoio à família militar, criando condições de habitação nas regiões mais remotas do País, pela construção de próprios nacionais residenciais, unidades hospitalares, áreas de lazer e complexos educacionais. O Serviço Militar também será foco de projetos constantes do Plano de Articulação. Tais projetos possibilitarão a formação e a preparação da reserva mobilizável do Exército, pelo estabelecimento de Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, Tiros de Guerra, Escolas de Instrução Militar e Centros de Recrutamento e Desmobilização em localidades estrategicamente posicionadas no território, distantes das escolas; e unidades militares atualmente responsáveis pela formação de reservistas.

O Plano de Equipamento compreende os Programas Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro. O Programa Mobilidade Estratégica objetiva completar as dotações de aeronaves, blindados, viaturas, embarcações, equipamentos, armamentos e suprimentos para que a Força Terrestre tenha reais condições de atuar, em qualquer parte do território nacional, com seus próprios meios, no mais curto prazo. Em 2010, haverá a continuidade do cumprimento do contrato firmado com o Governo alemão, em 2006, para aquisição das viaturas blindadas de combate Leopard 1A5, com a previsão de chegada, neste ano, de quatro lotes, totalizando 110 carros de combate e, para 2011, mais três lotes com 81 carros de combate, promovendo, dessa forma, a equivalência tecnológica ao Brasil em relação aos demais países do Cone Sul, o que garante a necessária projeção nacional na região.

O Programa Combatente Brasileiro tem suas principais ações voltadas para a pesquisa, o desenvolvimento, a produção e a aquisição de meios de emprego militar diretamente afetos ao combatente, por meio de projetos de ciência e tecnologia que privilegiam a indústria nacional de material de defesa. A Nova Família de Blindados sobre Rodas, os meios de Defesa Antiaérea, de Artilharia, de Engenharia de Combate e Construção e de Comando e Controle são alguns dos objetos desse Programa. No ano de 2010, serão aplicados ainda recursos para pesquisa e desenvolvimento de material de emprego militar, tais como a fabricação do lote-piloto do Projeto da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal – Média de Rodas (VBTP-MR), a Nova Família de Blindados sobre Rodas (NFBR), a aquisição de insumos e contratação de serviços para o Projeto Míssil 1.2a, a produção de Morteiros Pesados 120 mm, o desenvolvimento do protótipo de Veículo Aéreo Não-Tripulado (VANT), a fabricação do lote-piloto do Projeto Radar Saber M60, a montagem de Óculos de Visão Noturna no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (AGR) e a produção do lote-piloto do Equipamento Conjunto Rádio VHF veicular (Rádio Mallet).

Na área de ciência e tecnologia, o Exército tem como prioridades o desenvolvimento de projetos de materiais de emprego militar e, com maior destaque, a modernização da Indústria de Material Bélico (IMBEL), empresa pública de natureza estratégica, integrante da Base Industrial Mínima de Defesa vinculada ao Exército. Em 2010, há a previsão da continuidade do processo de reestruturação dessa empresa, com a recuperação de sua capacidade produtiva e o desenvolvimento de material de defesa destinado, prioritariamente, às Forças Armadas e Forças Auxiliares. Sob o enfoque doutrinário, em 2010 visualiza-se a modernização do Sistema de Doutrina Militar Terrestre, com a finalidade de atender às necessidades operacionais das Organizações Militares. Nesse sentido, busca-se modelo que permita ao EB ocupar-se da sua formulação doutrinária na qualidade

e quantidade necessárias à complexidade dos desafios, das tecnologias e dos cenários presentes neste século e compatível com a estrutura geopolítica do Brasil.

No contexto do fortalecimento da cooperação regional, como instrumento da política externa nacional, o Exército Brasileiro participará, em 2010, de exercício de Operações Combinadas com o Exército da Argentina, a ser realizado no território daquele país, com envolvimento de tropa binacional e de elementos de Estado-Maior.

Em 2009 a Força Aérea Brasileira (FAB), cumprindo sua missão de “Manter a Soberania no Espaço Aéreo Nacional com Vistas à Defesa da Pátria”, manteve seu Plano de Recuperação Operacional com a aquisição e modernização de equipamentos e de aeronaves. Destacam-se a incorporação de aeronaves de transporte e de asas rotativas e, ainda, a preparação e adequação da infraestrutura das Organizações Militares para o recebimento das novas equipagens.

No tocante ao treinamento e capacitação da Força, foram realizadas manobras conjuntas de adestramento com Forças Aéreas estrangeiras da Venezuela, Peru, França e de outros países, permitindo a execução de planejamentos de operações combinadas, treinamentos de combate a tráfegos ilícitos transnacionais de baixa *performance* e operações ofensivas e de suporte, com o emprego das técnicas de voos para o exercício tático combinado.

Ressalta-se que a Força Aérea tem apoiado o Exército Brasileiro no restabelecimento da ordem social no Haiti, transportando pessoal e material, além da participação em vários eventos em conjunto com outros órgãos governamentais nas áreas de segurança, saúde, meio ambiente, defesa civil, etc. Manteve, também em 2009, linhas de voo para diversas cidades do território nacional e para algumas capitais da América do Sul, missões do Correio Aéreo Nacional, levando estudantes e profissionais de diversas áreas de atuação para atendimento de populações carentes.

A FAB atuou na recuperação de 11 aeródromos no Estado do Amazonas: Parintins, Maués, Barcelos, Manicoré, Fonte Boa, Eirunepé, Lábrea, Borba, Humaitá, Santa Isabel do Rio Negro e São Paulo de Olivença. Em continuação às obras naquele Estado, em 2010, serão realizadas as ampliações e reformas nos seguintes aeródromos: São Paulo de Olivença, Eirunepé, Barcelos, Humaitá, Manicoré, Borba, Maués, Santa Isabel do Rio Negro, Lábrea e Fonte Boa. Está prevista, também, a ampliação dos seguintes aeródromos na mesma região: Tiriós, Surucucu, Iauaretê, Palmeiras do Javari, Estirão do Equador, Tunuí-Cachoeira, Vilhena, Eirunepé, Moura e Porto Velho. Destaca-se ainda a construção, pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara), da Pista de Santa Rosa do Purus/AC, na divisa com o Peru.

No campo científico e tecnológico, o Comando da Aeronáutica atuou por meio da manutenção da excelência no ensino, da pesquisa e do desenvolvimento, conduzidos pelos Institutos do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). Merece destacar que a principal contribuição do Comando da Aeronáutica para fomentar o parque aeroespacial brasileiro está relacionada com a excelência na formação de recursos humanos e em sua destinação, pois mais de 80% dos engenheiros graduados e mais de 90% dos mestrados e doutorandos formados pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) estão atuando em empresas relacionadas ao setor aeroespacial brasileiro.

Quanto às pesquisas e desenvolvimento na fronteira do conhecimento, merece ressaltar que o Brasil, por meio do DCTA, está se destacando perante o mundo ao realizar os ensaios de um modelo em escala da aeronave hipersônica denominada 14X, no maior túnel aerodinâmico hipersônico da América Latina. Concebeu e instalou a infraestrutura laboratorial para realizar, em 2009, o primeiro ensaio no mundo de um modelo de veículo hipersônico propulsado a *laser*. O Brasil está, dessa forma, sendo

pioneiro no desenvolvimento de tecnologia alternativa para o acesso ao espaço e, pela primeira vez, a viabilidade do emprego da propulsão a *laser* em velocidades hipersônicas. Desenvolveu também o primeiro motor aeronáutico a pistão *flex*, que foi projetado e será certificado para operar pelas pequenas aeronaves da aviação civil.

No domínio das tecnologias estratégicas, o DCTA, em parceria com empresas do parque aeroespacial brasileiro, acionou em laboratório o primeiro turboreator aeronáutico a querosene de aviação, inserindo o Brasil no seleto grupo de países que detêm tal tecnologia. Realizou também o ensaio de queima em banco do motor S-43, que é um propulsor a propelente sólido usado no 1º, 2º e 3º estágios do Veículo Lançador de Satélite (VLS-1) brasileiro.

A implementação de recursos nas atividades aeronáuticas ligadas ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab), que cobre ininterruptamente serviços de navegação aérea numa área de 22 milhões de quilômetros quadrados, permitiu ao Comando da Aeronáutica, que coordena o trabalho de mais de 13 mil profissionais, manter o funcionamento de mais de 6 mil equipamentos espalhados em todo o território nacional.

Na área operacional do controle do espaço aéreo brasileiro, foram modernizados radares meteorológicos, com a implementação de novas configurações. Essas medidas permitiram aos equipamentos a varredura em três níveis de elevação, proporcionando uma representação mais fiel das formações entre 250 e 400 km do radar. Foram adquiridos e implantados quatro Sistemas de Inspeção em Voo automatizados nas Aeronaves IC-95 do Grupo Especial de Inspeção em Voo, além das seguintes realizações: integração dos Radares de Sinop, Conceição do Araguaia e São Félix do Araguaia ao Centro de Controle de Área de Brasília (ACC-BS); integração do Radar Terminal de Área TA-10M/RSM-970S do Gama ao Controle de Aproximação Brasília (APP-BR) e ao Centro de Controle de Área Brasília (ACC-BS); homologação e integração do Radar TPS-B34 de Eirunepé ao Centro de Controle de Área Amazônico (ACC-AZ); integração do Radar TA-10M/RSM-970S de Confins ao ACC-BS e ao Controle de Aproximação Belo Horizonte (APP-BH); homologação e integração do Radar Star 2000/RSM 970S de Campo Grande ao Controle de Aproximação Campo Grande (APP-CG) e integração do Radar Secundário RSM 970S ao Centro de Controle de Área Curitiba (ACC-CW); integração dos Radares Secundários (RSM-970S de Pico do Couto, Santa Teresa, Galeão, Santa Cruz, Campo Grande e de Confins) e dos Radares Primários (TRS-2230 de Pico do Couto e Santa Teresa) e dos Radares Primários (TA-10M1 do Galeão e de Santa Cruz) ao novo STVD X-4000 do ACC-CW; integração do Radar TPS B-34/Condor 9600 MK II de Porto Esperidião ao STVD ACC-BS; e integração do Radar TPS-B34 de Porto Seguro na síntese do STVD do Centro de Controle de Área Recife (ACC-RF).

Quanto ao gerenciamento de tráfego aéreo, foi realizada a reestruturação da circulação aérea para a Área de Controle Terminal Belo Horizonte (TMA-BH), com redirecionamento das aerovias para Vitória, Brasília e São Paulo e ativação de novos procedimentos de saída e chegada para os Aeroportos de Confins e Pampulha. Foram realizados também o redirecionamento e a ativação de Rotas de Navegação de Área (RNAV) de longo curso, para permitir a redistribuição do tráfego de maneira equilibrada entre as Regiões de Informação de Voo (FIR) nacionais.

Na área técnica, foram executados: a implantação de estações remotas de VHF e V/UHF *Data-Link* em Jundiá, Eirunepé, Viseu, Tarauacá, Ji-Paraná, Fortaleza, Ribeirão Preto, Gavião Peixoto, Pirassununga e Galeão; o início da implantação de estações remotas de VHF em Corumbá, Ponta Porã, Coxim, Paranaguá, Porto Primavera, Guarapuava e Urubupungá; o início da substituição de estações remotas de VHF e UHF dos sítios de Assis, Canguçu, Catanduvas, Curitiba, Jaraguari, Morro da Igreja, Passo Fundo, Canoas e Santiago; a implantação de estações remotas do sistema de telecomunicações via satélite TELESAT em Jundiá, Eirunepé, Viseu, Tarauacá, Ji-Paraná e Oiapoque; a implantação ou substituição de Centrais de Áudios e Gravadores nos ACC Recife e Amazônico

e nos APP Curitiba, Campo Grande, Cuiabá, Santa Cruz, São José dos Campos, Porto Alegre e Florianópolis; a implantação de Radares de Área Terminal Star 2000 em Macaé, Porto Seguro, Ribeirão Preto e Natal; o início da modernização dos Radares de Aproximação de Precisão PAR-2000 de Santa Cruz, Canoas, Santa Maria e Anápolis; e a modernização e implantação de sistemas de energia, de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento e de climatização das áreas operacionais do Sisceab.

Na área de tecnologia da informação, foram realizadas a modernização e padronização de Torres de Controle, a inauguração das novas Torres de Congonhas e Galeão e iniciados os trabalhos nas Torres de Curitiba, Confins, Belém e Florianópolis. Tal revitalização proporcionou melhoria significativa no controle do espaço aéreo da FIR-Curitiba (Região de Informação de Voo – Curitiba), com a introdução de novas tecnologias e funcionalidades, tais como: integração do radar de Guajará-Mirim ao Sistema de Tratamento de Visualização de Dados (STVD) do ACC-Amazônico; integração do Radar TPS-B34/Condor 9600 MKH de Eirunepé-AM; integração dos Radares Star-2000 e TA-10M ao STVD do ACC-Amazônico; integração dos Radares da FIR Curitiba ao novo STVD do ACC-Curitiba; integração dos Radares de Porto Seguro e Salvador ao STVD do ACC-Recife; integração dos Radares dos Setores 13 e 14 ao ACC-CW; instalação de configuração da comunicação do Centro Madri com o Centro de Comutação Automática de Mensagem (CCAM), no Cindacta III; montagem dos ambientes ACC-Brasília, ACC-Curitiba, ACC-Amazônico e no Instituto de Controle do Espaço Aéreo (Icea) – contingência para operação em situação emergencial; revisão e atualização do *software* dos servidores do sistema nova Rede Administrativa de Comutação Automática de Mensagens (Racam); gerência do desenvolvimento do módulo aeródromo do Sistema Estatístico de Tráfego Aéreo (Seta Millennium); instalação do programa Sistema de Comutação de Mensagens Administrativas – Nova Racam (SCMA-NR) e acompanhamento dos resultados obtidos durante os testes de instalação e operacionalidade da nova versão do programa SCMA-NR nos terminais clientes de supervisão RJ e da ECM-C43 (Estação de Comutação de Mensagem), no Destacamento de Controle do Espaço Aéreo – Telemática – Rio de Janeiro (DTCEATM-RJ); e integração de ACC entre países da América do Sul e Caribe – Plano de Interconexão e a Modernização do Sistema de Slots do Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea (CGNA).

Como resultado desses investimentos, no que concerne aos Serviços de Navegação Aérea (ANS), sob a responsabilidade do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), o Sisceab obteve, da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) a segunda colocação em termos de conformidade, com índice de 95%. Este resultado coloca o Brasil num elevado patamar em termos de certificação, superior a diversos países desenvolvidos como Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Austrália. Para o exercício de 2010 o Comando da Aeronáutica dará continuidade ao processo de modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, com vistas a aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional, com o objetivo de elevar a segurança dos usuários dos serviços de transporte aéreo, visando ainda ao atendimento da demanda média de crescimento do tráfego aéreo no País e melhor monitoramento do nosso espaço aéreo.

O Decea está implementando a moderna concepção de apoio à navegação aérea, advinda dos novos conceitos CNS/ATM (Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo) elaborados pela OACI, tendo em vista a necessidade de alcançar melhores índices de segurança e eficiência, diante da evolução tecnológica da aviação civil em todo o mundo e a projeção de crescimento do tráfego aéreo para as próximas décadas. Os serviços implementados já têm proporcionado benefícios aos usuários, além de experiências para a aplicação na FIR (Região de Informação de Voo) Atlântico, nas demais áreas do Caribe (CAR) e da América do Sul (SAM). A implementação dos meios CNS/ATM atesta a liderança do Brasil no contexto da navegação aérea na Região do Caribe e América do Sul. Essa posição é atualmente confirmada pela escolha do País como sede do órgão que terá a incumbência primeira de avaliar o risco de colisão no espaço aéreo RVSM (Separação Mínima Vertical Reduzida) na Região.

Outra ação de destaque, em 2009, foi a implantação do Sistema de Gerenciamento Integrado de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sigipaer), que permitirá a coleta e recuperação de dados de acidentes aeronáuticos, a veiculação de documentos, o controle das ações preventivas, a produção e distribuição de relatórios, o gerenciamento completo dos processos de investigação, a análise e a projeção de estatísticas e a integração de todos os elos do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer). Destacam-se também os resultados obtidos pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), que atingiu nível de conformidade de 96%, empatado com o primeiro colocado no *ranking* mundial, a EASA (European Aviation Safety Agency), e à frente de países como EUA, Canadá, França, Itália, Alemanha, Austrália, China e Índia.

Na área humanitária, a Força Aérea Brasileira participou ativamente de missões de ajuda, transportando médicos, equipamentos cirúrgicos, mantimentos e medicamentos para regiões do interior do Acre e Amazonas; e mantimentos e medicamentos para regiões do interior do Nordeste. No que concerne à campanha de vacinação, a FAB transportou profissionais da Funasa para realizar a referida campanha em cerca de 450 comunidades isoladas do interior do País. A FAB atuou também no socorro às vítimas das enchentes nas regiões atingidas no Estado de Santa Catarina, no qual foram voadas mais de 408 horas e transportados 2.088 passageiros e 523.148 kg. O Hospital de Campanha da Aeronáutica (HCAMP), instalado no Vale do Itajaí, atendeu em 19 dias 2.916 pessoas e distribuiu mais de 63 mil medicamentos. No que tange à ajuda ao exterior, a Força Aérea prestou socorro às vítimas das enchentes nas regiões atingidas na Bolívia, no qual transportou 3.152 passageiros e 319.279 kg de carga, entre alimentos, coletes salva-vidas, medicamentos, rações operacionais e materiais para atendimento às vítimas. Foram voadas mais de 598 horas. A FAB também participou da busca e resgate das vítimas do citado acidente aéreo ocorrido no Oceano Atlântico com o Airbus A-330 da Air France, voo 447, em 31 de maio de 2009. A Aeronáutica atuou na região com 10 aeronaves e 250 militares deslocados, além do efetivo do Segundo Comando Aéreo Regional (Comar 2). As aeronaves superaram mais de mil horas de voo nas duas primeiras semanas após o trágico acidente.

Em 2010, uma das metas é a implantação da fase 3 do Laboratório de Leitura de Dados de Gravadores de Voo (LABDATA), que permitirá a extração e leitura de informações de equipamentos gravadores de voo, danificados em função de acidente aeronáutico. A END estabelece a necessidade da vigilância sobre o território nacional, com priorização para a Região Amazônica. Nesse sentido, com vistas a ampliar a presença militar na Amazônia, estão previstos dois novos Destacamentos de Aeronáutica, situados em Vilhena, no Estado de Rondônia, e em Eirunepé, no Estado do Amazonas, além de ampliação e melhorias no Destacamento de Aeronáutica de São Gabriel da Cachoeira/AM. Ainda em apoio à presença militar na Região Amazônica e no Centro-Oeste, bem como atendendo às necessidades de adestramento e pronto-emprego da Brigada Paraquedista, de modo a propiciar o rápido deslocamento dessas forças para qualquer ponto do Território Nacional, o Comando da Aeronáutica estuda a implantação de Base Aérea na Região Centro-Oeste, ou em outra localidade próxima ao centro decisório do País, em coordenação com o Exército Brasileiro.

No campo operacional, orientado pelo Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (Pemaer), a FAB dará prosseguimento à modernização e adequação de sua infraestrutura, de forma a comportar a incorporação de novos equipamentos, bem como a revitalização dos existentes. O Pemaer define objetivos estratégicos para o período compreendido entre 2008 e 2031, bem como os projetos estratégicos necessários para alcançá-los, orientando o processo de priorização dos recursos disponíveis, definindo atribuições e responsabilidades. Ainda nesse campo, a FAB deverá dar continuidade, neste ano, à execução de exercícios tático-operacionais com outras Forças Aéreas, tais como: Cruzex V, quinta edição de um exercício nos moldes da Otan, a ser realizado em Natal/RN, envolvendo as Forças Aéreas da Argentina, Chile, França, Uruguai e Venezuela, além da participação, pela primeira vez, da Força Aérea dos Estados Unidos; Operação Atlântico II; Operação Amazônia; Operação

Bolívia-Brasil (BOLBRA); Operação Peru-Brasil (PERBRA); Operação Venezuela-Brasil (VENBRA); e Operação Porteira Fechada. Participará também do Exercício *Cooperación I*, a ser realizado no Chile, com a participação de várias Forças Aéreas das Américas, num evento realizado pelo Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas (Sicofaa), simulando missões de apoio humanitário numa situação de desastre natural.

Além disso, a FAB estará presente no Exercício *Angel Thunder*, em Tucson, Arizona, nos EUA, participando de missões de *Personal Recovery*, uma evolução do conceito de Busca e Resgate, pois envolve a participação de outras agências norte-americanas, tais como o FBI, o DEA e a CIA. Todas essas ações trarão benefícios ao País, pois possibilitarão a elevação da operacionalidade das tripulações brasileiras, uma vez que estarão em contato e terão a oportunidade de adquirir novos conhecimentos e intercambiar experiências com Forças Aéreas que possuem experiência em combate, elevando o conceito da FAB, principalmente no contexto sul-americano.

No campo do desenvolvimento científico-tecnológico, estão previstas para 2010 diversas ações, destacando-se as seguintes: concluir a construção da Plataforma de Integração e Lançamento do VLS-1 em Alcântara/MA; desenvolver o modelo de integração de redes elétricas do VLS-1; realizar operações de lançamento de foguetes de sondagem para experimentos de microgravidade; continuar o desenvolvimento de aeronave para missões de transporte aerotático, aeroestratégico e aerológico (KC-X); continuar o desenvolvimento de um veículo aéreo não-tripulado para reconhecimento tático; desenvolver sistemas missilísticos para a Força Aérea, incluindo mísseis ar-ar de curto, médio e longo alcance para a defesa aeroespacial; e continuar a formação de recursos humanos para o setor aeroespacial, dentre eles cem engenheiros, 25 doutores, 130 mestres, 55 mestres profissionais e 60 especialistas em aeronáutica.

